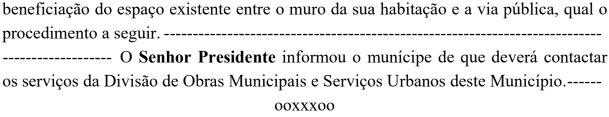


# ATA N.º 25 (REUNIÃO PÚBLICA)

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, na Cidade de					
Ourém, no edificio sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,					
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do					
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO					
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS					
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA					
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e RUI MANUEL					
SIMÕES VITAL, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Apoio a					
Fundos Comunitários e Expediente					
OOXXXOO					
000					
ABERTURA DA REUNIÃO					
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E					
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA <b>ORDEM</b>					
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À					
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO					
ooxxxoo					
000					
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA					
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de					
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificada a					
falta do Senhor Vereador JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, por motivos de					
ordem profissional					
A CÂMARA FICOU INTEIRADA					
ooxxxoo					
000					
<u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE</u>					
De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a					
Câmara começou por ouvir o munícipe presente:					
António José Pereira, residente na Estrada da Mata, n.º 90, em Casal do Gago, da					
Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a questionar, no seguimento					
de carta remetida por esta Autarquia, referente à intenção de doação de materiais para					





# 000 PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA --------- Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente tomou a palavra para apresentar a declaração que a seguir se transcreve: "Foi apresentado pela Ordem dos Contabilistas Certificados mais um anuário financeiro do qual devemos tirar algumas elações e conclusões. ---------- Os dados disponíveis são parciais e permitem somente uma análise dos "melhores" e dos "piores" municípios em cada um dos indicadores em análise. ---------- Devemos começar por nos congratular de não surgirmos na lista dos "piores" em qualquer dos indicadores analisados, ao contrário do ano anterior em que estávamos entre os piores no domínio dos municípios com "menores Resultados Económicos (valores absolutos)", mais precisamente os 12º piores e a empresa OurémViva surgia como a 13.º como piores resultados económicos. --------- Um dos indicadores que permite aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, neste domínio estamos em 30.º lugar, entre os municípios de média dimensão estamos na 14.º posição. --------- Já no que concerne à diminuição do passivo exigível, ocupamos o 29.º lugar, se compararmos municípios de média dimensão e o 48.º lugar global, o que demonstra o esforço efetuado neste domínio. --------- Estamos no primeiro lugar nos "municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos", que é um indicador que relaciona o saldo efetivo com as receitas efetivas e que se traduz numa boa prática de gestão, evidenciando que as receitas efetivas são superiores às despesas efetivas.-------- Em termos de ranking global, dos municípios de média dimensão, passamos da 48.º posição no ano anterior para a 21.º posição (recordo que em 2015 registamos a 6.º posição e em 2016 a 37°).--------- No distrito de Santarém, ocupamos a 4 posição, em termos globais, que nos parece muito honroso. -----



	D : ~	Particip.	Património	Resultados	Dívidas a	terceiros	Índice.	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de
Ano	Designação	Mun.	líquido	Líquidos	Empréstimo s	Outros	Dívida Total			hab.**
2018	Ourém	-	136 494 235	712 831	6 473 684	2 497 695	31,20%	779 085	376	44 068
2017	Ourém	-	136.494.235	4.397.529	8.468.159	3.200.263	41,8%	5.419.726	375	44.406

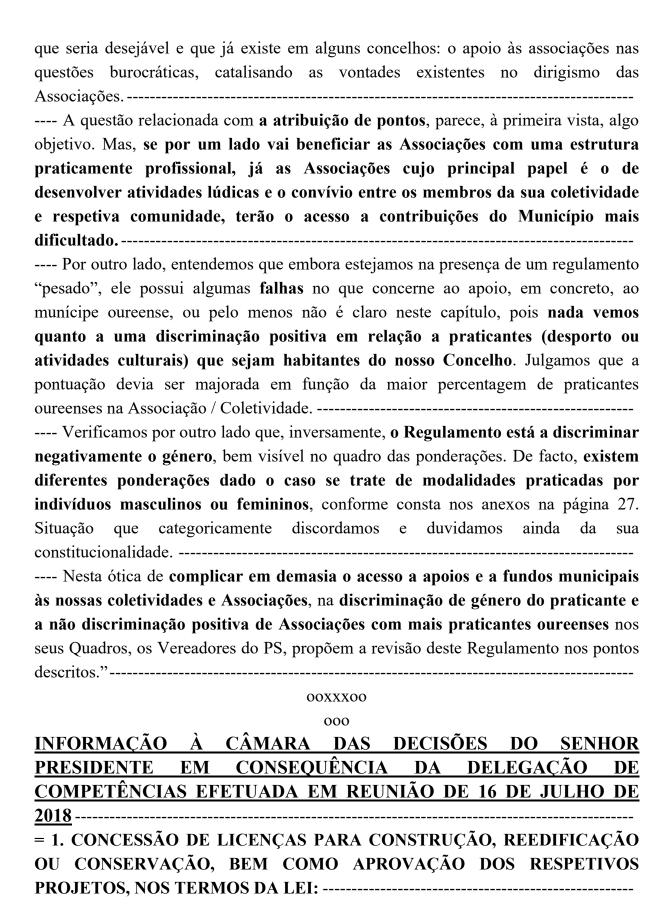
---- O Caminho Faz-se caminhando e ver de alguma forma reconhecido o nosso trabalho por entidades externas é motivo de orgulho e motivação para continuar o caminho que traçamos e do qual não nos pretendemos desviar."------

---- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. -----

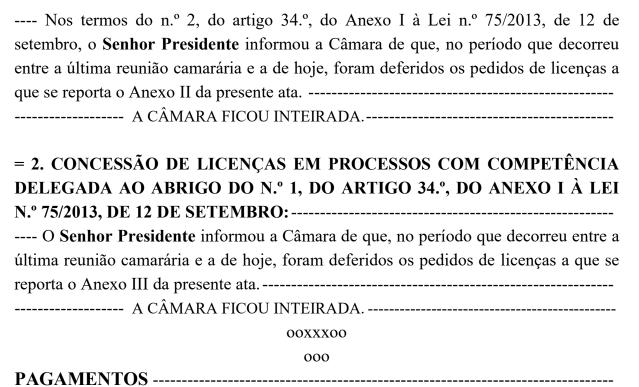
---- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo, que

apresentou a seguinte declaração, também subscrita pelo Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis: "Depois de ter sido deliberado em reunião de Câmara de 03 de junho de 2019, submeter a consulta publica o projeto de alteração do "Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportiva do Município de Ourém" e ter sido tornado publico no edital n.º 103/2019 a 03 de outubro pela Câmara Municipal de Ourém, os Vereadores do PS apresentam a sua análise:--------- Analisando a proposta do novo Regulamento de Apoio às Associações do Concelho, verificamos que poderá entrar em vigor um regulamento altamente "regulado", manietado e controlado pelo poder do Executivo Camarário. Reconhecese a necessidade de aplicar os recursos financeiros do município no principio da parcimónia, mas no contexto de grande dificuldade por que passam as nossas Associações, quer do ponto de vista da obtenção de receitas para a persecução das suas atividade lúdicas, desportivas ou culturais, quer, e, fundamentalmente, na captação de cidadãos dispostos a doar parte do seu tempo livre para fazerem parte dos órgãos sociais das mesmas, um tão apertado regulamento pode tornar-se um motivo dissuasor para que sejam cada vez menos os cidadãos dispostos a tomarem responsabilidades associativas e principalmente diretivas.--------- Um regulamento tão "regulado", como este, quase obriga a ter no Quadro da

Associação um responsável altamente formado para fazer a ligação ao Município, pois o mesmo indicia uma árdua tarefa de respostas burocráticas ao Município, ao invés do

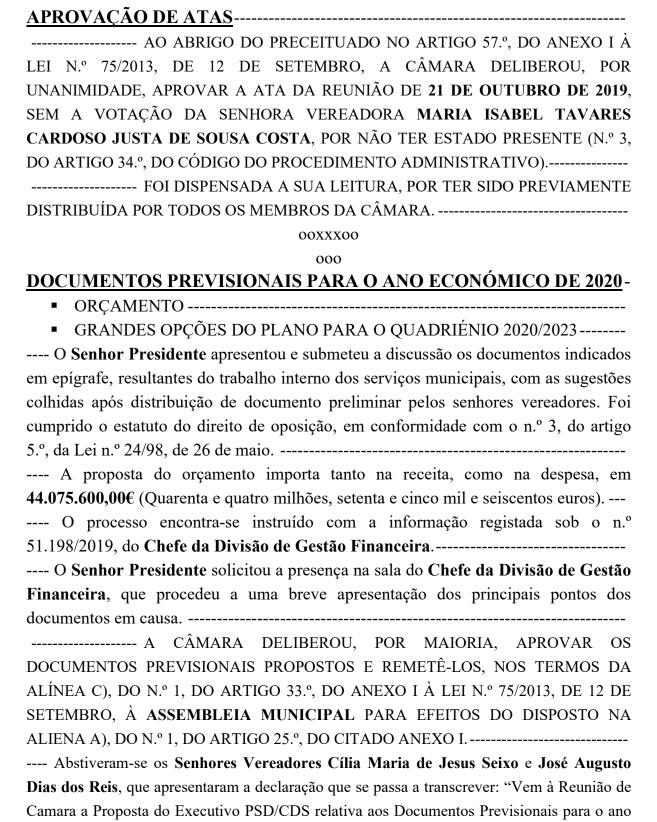






---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 22 e 31 de outubro findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.323.852,47€: 4052 a 4058, 4071, 4092, 4101, 4102, 4107 a 4110, 4117 a 4143, 4146 a 4176, 4178, 4180 a 4182, 4184, 4186 a 4192, 4194 a 4207, 4209 a 4228, 4230 a 4236, 4238 a 4254, 4256 a 4271, 4273 a 4283, 4285 a 4298, 4300 a 4319, 4321 a 4328, 4329/1, 4330/1, 4331/1, 4331/2, 4331/3, 4331/4, 4331/5, 4331/6, 4332/1, 4332/2, 4332/3, 4332/4, 4332/5, 4332/6, 4333/1, 4333/2, 4333/3, 4333/4, 4333/5, 4333/6, 4334/1, 4334/2, 4334/3, 4334/4, 4335/1, 4335/2, 4335/3, 4335/4, 4335/5, 4335/6, 4335/7, 4335/8, 4336/1, 4336/2, 4336/3, 4336/4, 4336/5, 4337/1, 4337/2, 4337/3, 4337/4, 4337/5, 4337/6, 4338/1, 4338/2, 4338/3, 4338/4, 4338/5, 4339/1, 4339/2, 4339/3, 4339/4, 4339/5, 4339/6, 4340/1, 4340/2, 4340/3, 4340/4, 4340/5, 4340/6, 4340/7, 4341/1, 4341/2, 4341/3, 4342/1, 4342/2, 4342/3, 4342/4, 4342/5, 4342/6, 4342/7, 4342/8, 4343/1, 4343/2, 4343/3, 4343/4, 4344/1, 4344/2, 4344/3, 4345/1, 4346/1, 4346/2, 4346/3, 4347/1, 4347/2, 4347/3, 4347/4, 4347/5, 4347/6, 4348/1, 4348/2, 4348/3, 4349/1, 4349/2, 4349/3, 4350/1, 4350/2, 4350/3, 4351/1, 4351/2, 4351/3, 4351/4, 4351/5, 4351/6, 4352 a 4356, 4359 a 4375, 4377 a 4405, 4408 a 4423, 4428 a 4430 e 4432.---------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. -----







económico 2020, nomeadamente o Orçamento que se cifra em 44.075.600 euros, bem como as Grandes Opções do Plano. --------- A preparação dos documentos económicos e a apresentação das GOP's é da total responsabilidade de Executivo em funções, sendo este, o exercício mais importante da governação política, pois tal exercício permite traduzir em números, e posteriormente em prática, a estratégia política definida em discurso. ---------- O que nos é apresentado para analisar e decidir o nosso sentido de voto, é ainda um misto do passado, das estratégias políticas implementadas pelo anterior executivo, e das novas estratégias delineadas pelo atual executivo do PSD/CDS. --------- Tal como referimos no ano passado, também este ano o clima político e económico da Republica garante sustentabilidade ao poder e às finanças locais. Do ponto de vista político, a maioria no executivo camarário e na Assembleia Municipal, permitem antecipar facilmente a aprovação do documento em causa. ---------- Do ponto de vista económico, embora pairem algumas nuvens de incerteza, vivemos sob a égide de indicadores macroeconómicos que nos garantem estabilidade e confiança no futuro. Destacamos os níveis de crescimento do Produto, prevendo-se uma variação de 1,9%, contra os 2.1% de 2019. Por outro lado, destacamos também as metas orçamentais, prevendo-se a possibilidade de se registar um superavit nas contas do Estado para 2020. Também a taxa de desemprego tem vindo a decrescer a muito bom ritmo, contribuindo quer para a melhoria das contas publicas, quer para o aumento do Produto Nacional. --------- Esta performance económica tem os seus efeitos imediatos ao nível da governação camarária, refletindo-se no aumento de impostos e taxas resultantes quer da cobrança direta de receita, quer das transferências vindas do Governo Central – cujo aumento previsto para o nosso município será aproximadamente de 4%. --------- Dado que o orçamento do Estado por força do recente ato eleitoral, ainda não foi apresentado nem aprovado, este valor é uma mera previsão, mas envolvida numa certeza: este será o ano em que direta e indiretamente mais impostos serão entregues pelos Munícipes de Ourém ao Orçamento municipal. Trata-se de uma similitude digna do slogan da última campanha do PSD: nunca os Oureenses pagaram tantos impostos!!!-------- No somatório destas variáveis, o cenário estará otimizado para se poder encarar um exercício financeiro estável e projetar o que antes era muito difícil de implementar. Nunca é de mais realçar que a saúde económica e financeira do município, que garante que o orçamento se torne um exercício fácil e com grande margem de manobra, se deve em muito à austeridade dos últimos anos levada a cabo pela governação socialista desta Câmara. ---------- Entrando na análise aos documentos apresentados, tratando-se do 3º ano de mandato, a primeira ideia que sobressai de imediato é a normalidade deste orçamento. Trata-se do



orçamento facilitador e preparador para o ano eleitoral: há que preparar o corte das fitas e este é o ano de afiar as tesouras.--------- Para bem do nosso Concelho, fazemos figas para que sejam concretizados os investimentos propostos. Porém, acreditamos que dificilmente tal venha a ocorrer, tendo em conta o recente histórico de incumprimentos que o atual Executivo PSD/CDS tem registado.------ Vamos em dois anos de mandato do PSD/CDS; este executivo tem permanentemente propagandeado, numa campanha infindável, obra, obra e mais obra! Estratégia, estratégia e mais estratégia! Mas na realidade, se pararmos para pensar e olharmos à nossa volta, que mudanças teve Ourém nestes últimos dois anos? Para além da Av. D. Nuno Alvares Pereira em Ourém, investimento transitado da anterior governação, o que mais se fez? A requalificação do edificio das start-up. E, sim, a requalificação do cine-teatro, o castelo medieval e os paços do conde e dentro de pouco tempo a ampliação do Parque Linear. E quem os projetou e tratou de encontrar financiamento comunitário: o anterior executivo socialista. Sim, esses que ousaram deixar 11 milhões de euros em dívidas e compromissos para que estas obras hoje sejam uma realidade e que o concelho de Ourém ganhe em termos de qualidade de vida e desenvolvimento económico, social e turístico. Serão estes projetos e estas obras que o Sr. Presidente vai cortar com a tesoura, olhando para a objetiva das máquinas fotográficas, a acompanhar um texto que será publicado e difundido como sendo obra deste executivo. --------- É na continuação das políticas estratégicas para o nosso Concelho preconizadas pelo anterior Executivo que assenta o orçamento de 2020. Analisando os investimentos propostos, observa-se que foram concebidos no último mandato PS, cerca de 66% do investimento proposto. Embora o atual Executivo pretenda fazer com que esses investimentos sejam seus, dando alguns retoques de cosmética e alterando alguns projetos, certo é que aquilo que é exclusiva visão deste executivo, são apenas 33% dos investimentos. E destes, dificilmente vemos algo estruturante e diferenciador para o Concelho, pois, a visão estratégica do executivo PSD/CDS para o Concelho assenta num conceito: ALCATRÃO. ---------- Não é que não os consideremos necessários, mas é este tipo de abordagem estratégica que nos diferencia: Entre a nossa Visão Estratégica e vossa estratégia de dar nas vistas!!! ---------- Se não, vejamos o que está inscrito nas GOP's apresentadas neste orçamento e que é ainda projeto do Executivo PS: ------ Educação: -----Edifícios escolares: 1.350.000 €------ Cultura: ------Auditório Monfortinos: 80.000 €-----

- Património:
Capela S Sebastião: 35.000 €
- Ação Social:
- Centro de Saúde Sobral; Olival; Alburitel: 518.000 €
- Habitação e Urbanismo
- Requalificação urbana Rua Castela e Rua Dr Armando Vieira 75.000€
- Requalificação cine-teatro: 2.300.000 €
- Reabilitação do Castelo e Paço do Conde: 1.850.000 €
- Expansão Parque Ribeirinho: 350.000 €
- Jardim <i>Plessis Trévise</i> : 300.000 €
- Rotundo dos Álamos e a Rotunda das Freguesias: 150.000 €
- Criação do eixo vertical de acesso à Vila Medieval: 60.000 €
- Várias requalificações urbanas – Aljustrel, Vilar, Alburitel, Caxarias; 225.000€
- Requalificação da Av. Papa João XXIII: 500.000 €
- Saneamento
- Freguesia de Fátima: 1.000.000 €
- Canil/Gatil: 100.000 €
- Desenvolvimento Economico e Abastecimento Publico
- Eficiência Energética: 425.000 €
- Zona Industrial Freixianda: 100.000 €
- Beneficiação ligação da Zona Industrial Casal dos Frades ao IC9: 1.055.000 €
- Comunicações e Transportes
- Beneficiação da EN 360 (Alcanena): 240.000 €
- Rotunda de S. Sebastião: 225.000 €
Estes são os investimentos que ainda estão em preparação e/ou em execução e que
proveem da anterior Executivo PS. Sejamos justos: são todos investimentos com visão e
que ao concretizarem-se serão sim, relevantes e estruturantes para o nosso Concelho!
Apesar do atual Executivo privilegiar o investimento em alcatrão, não significa que não
tenham inscrito alguns investimentos que, do nosso ponto de vista, são importantes para o
concelho e que merecem a nossa aprovação: o Passadiço do Agroal (250.000 €), a Ecovia
Ourém/Fátima (25.000€), o campo de ténis e padel (75.000€), Estrada da Loureira (500.000€)
€), Ciclovia Fátima/Ortiga (350.000 €)
Claro que aprovamos outras iniciativas, como apoios às IPSS, apoios às Associações
desportivas e culturais e às Associações dos Bombeiros voluntários e mesmo o projeto de
apoio à natalidade, que sempre consideramos de vistas curtas. Mas, na verdade, esta sempre
foi a política seguida pelo anterior executivo que comparticipou a construção de uma extensa



rede de lares e centros de dia, tendo contribuído para a subida do ranking dos municípios com elevada qualidade de vida. ---------- Ao contrário da mensagem que, insistente e maliciosamente, o senhor Presidente tentou passar aquando da discussão do orçamento de 2019, os Vereadores PS não estão e nem podiam estar contra os investimentos já aqui mencionados. A nossa posição era de total repudio da Taxa Turística, posição, que, aliás, este Executivo acabou por corrigir e relativamente à qual recuou. ---------- Quanto aos ajustamentos das taxas de saneamento e de resíduos urbanos, cujo modo de implementação os vereadores do PS também rejeitaram, o Executivo PSD/CDS, como dizem os ingleses, foi "saved by the bell": transferiu estas responsabilidades para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente e por isso, este ano, não fazem parte da discussão orçamental. ----- Relativamente às verbas destinadas às Freguesias, assiste-se a um reforço de 10% em relação ao passado ano. Todavia isto pode ter várias leituras: será que o Executivo está a emendar o decréscimo oferecido às Freguesias no orçamento de 2019, recuperando os valores que eram habituais no anterior mandato do PS? Ou, será que está já a pensar em dotar as Freguesias de capacidade eleitoral inaugurando obras em 2021? --------- Apesar disso subsistem algumas dúvidas nestas dotações para as Freguesias pois, a rubrica de "outros", sem especificação, é elevada, pelo que poderá dar aso à gestão destas verbas de acordo com os próprios interesses. ---------- Interessa, porém, desmistificar este valor para as Freguesias e relativizá-lo em função dos diferentes orçamentos. No ano passado a verba destinada às Freguesias representava 3,1% daquele orçamento e o que está em debate hoje é de 3,2%, apenas 0.1% a mais. Na proposta de 2017, este valor era de 3,7% do orçamento municipal para as Freguesias. Indo mais atrás, em 2016 4,1% do orçamento destinaram-se às Freguesias e 2015 este valor foi de 4%. Também neste particular, a governação PS estava muito mais próxima das Freguesias e por conseguinte das suas populações. --------- A Freguesia de Fátima, a sua cidade e os fatimenses em geral, livraram-se, para já, da medida que contra si falava mais alto: a Taxa Turística. Resta saber se não haverá aqui alguma retaliação orçamental. --------- O Senhor Presidente insiste em falar dos elevados investimentos para Fátima, sentindo a necessidade de se justificar face às críticas que apontam para o esquecimento desta "joia da cora". Mas, analisado o orçamento e as GOP's para 2020, verificamos que a Freguesia de Fátima será contemplada apenas com cerca de 17% a 18% dos 19 milhões de euros de investimentos que o Executivo pretende executar em 2020! -----

Destes, cerca de 30% (1.000.000 euros) ainda dizem respeito aos investimentos
saneamento, pelo que restam menos de 2,5 milhões de euros para o resto, Estrada
Loureira e Requalificação do Av. Papa João XXIII incluídas
Manifestamente muito pouco para Fátima, pelo que interessa perguntar:
para quando voltarmos a colocar em agenda o Parque da Cidade?
Para quando voltarmos a discutir o Centro de Congressos?
Em suma, para quando voltar a colocar Fátima na Agenda do Município?
Fátima é a maior Freguesia do Concelho, alberga cerca de 25% dos cidadãos
município, representa a maior entidade económica, empregadora e contributiva do concelh
recebe milhões de visitantes, e, no entanto, é-lhe atribuído 17% do orçamento! Se não
retaliação, existe no mínimo uma desproporcionalidade de investimentos difíceis de justifica
Por fim, neste orçamento de preparação do período eleitoral, o Executivo tenta fazer u
"all in", aproveitando todos os tostões ao seu alcance, transferindo o saldo de gerência, que
traduz em boa medida na poupança forçada das execuções sofríveis das GOP's em 2019
recorre ainda, pela primeira vez desde o PAEL ao financiamento externo de MLP, pa
que em 2021 as conquistas napoleónicas sejam agraciadas com o mais apetecível néctar d
Deuses: uma suposta reeleição! Este é, portanto, um orçamento de reeleição do executi
PSD/CDS!! Mas, atenção, da história também reza Elba e Waterloo!
Face ao exposto e atendendo a que:
1. Se trata de orçamento típico de ano de pré-eleitoral, o que leva a ponderaçõ
menos prudentes;
2. O que estamos a avaliar é a nova estratégia deste Executivo, que assenta e
políticas de vistas curtas (dar nas vistas) e não numa visão de médio e lon
prazo;
3. Temos fé na concretização dos 66% de investimentos provenientes do anteri
executivo PS e outros investimentos deste Executivo que também apoiamo
embora o histórico recente nos levante dúvidas acerca da capacidade
realização deste Executivo;
Os Vereadores do PS, na expectativa que este exercício traga consigo a concretização
algumas necessidades dos Oureenses, atentos ao evoluir das contas, e sempre disponíveis pa
dar o seu contributo critico e alertar os munícipes deste Concelho para as incoerências e pa
os graus de concretização das GOP's, optam pela ABSTENÇÃO na votação aos document
em apreciação, nomeadamente os documentos previsionais para o ano de 2020 - Orçamento
Grandes Opções do Plano."
Seguidamente o Senhor Presidente tomou a palavra para se pronunciar relativamente
presente declaração de voto, tendo o Senhor Vereador José Augusto Dias dos Re



intervindo, para esclarecer que sobre aquela declaração, não pode o Senhor Presidente pronunciar-se. De imediato, o **Senhor Presidente** referiu, que "quem está a presidir a reunião sou eu próprio na qualidade de Presidente, podendo dirigir os trabalhos como entender", passando a tecer alguns comentários sobre a declaração apresentada, nomeadamente: -------

- 1. A única razão pela qual não irá ser aplicada a taxa turística, prende-se com o facto de o Governo poder vir a transferir para as autarquias, receita derivada da aplicação de 7,5% do IVA sobre os serviços de bens essenciais, tal como como está previsto; ------
- ---- Complementarmente, refutou, que este executivo tem vindo a elaborar projetos, pois o que existia anteriormente eram estudos prévios e não projetos de execução. ------
  - 3. No que se refere ao apoio às freguesias, esclareceu que o anterior executivo celebrava acordos de execução com as mesmas, no âmbito da delegação de competências e que atualmente, o Município apoia diretamente essas mesmas freguesias, através da execução de obras. ------
- ---- De seguida a **Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo**, tomou a palavra para referir o seguinte: "**Sr. Presidente**------
- ---- A propósito das declarações inadequadas e despropositadas que fez relativamente à declaração de voto apresentada pelos vereadores do partido socialista relativamente ao Orçamento de 2020, gostaria de deixar claro o seguinte:------
  - 1. Compreendo que lhe seja difícil ouvir as criticas da oposição relativamente ao orçamento para 2020; no entanto, e como alegou, **na qualidade de Presidente** e estando, por isso a dirigir a reunião, **é sua obrigação ética e legal, ouvir a oposição** e considerar, ou não, as suas criticas e/ou sugestões. Os oureenses elegeram-nos exatamente para isso e honraremos, enquanto aqui estivermos, a confiança que em nós foi depositada! ------
  - 2. Embora conhecedores e conscientes das fragilidades da nossa posição neste Executivo, queira ou não o Sr. Presidente, fazemos parte dele. Cerca de 90% das propostas que



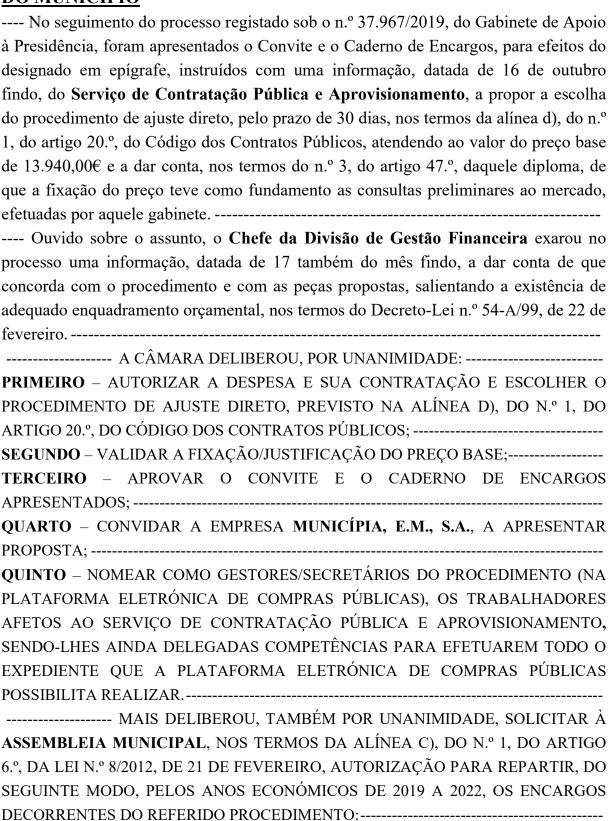
ooxxxoo

000

# FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE -----= PROPOSTA DE PROTOCOLO =--------- Foi apreciada a carta registada sob o n.º 23.044/2018, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta Cidade, a solicitar colaboração desta Câmara no apoio técnico e financeiro para execução do projeto de "Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva". ----- O processo encontra-se instruído com, para além de outros documentos, a informação n.º 77/19, datada de 15 de outubro findo, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a Freguesia de Nossa Senhora Piedade, que visa apoiar financeiramente, até ao montante de 75.340,50€, os encargos decorrentes do referido investimento, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O TEXTO DE PROTOCOLO APRESENTADO, CONSTANTE DO ANEXO IV DA PRESENTE ATA E INCUMBIR O TÉCNICO SUPERIOR NUNO MIGUEL DE OLIVEIRA CARDOSO PALMA NOBRE DE ACOMPANHAR O PROCESSO. ---------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR FINANCEIRAMENTE A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE, CONFORME DISPÕE A ALÍNEA J), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DO REFERIDO PROTOCOLO. -----



# P121/2019 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GPS EM VIATURAS DO MUNICÍPIO------



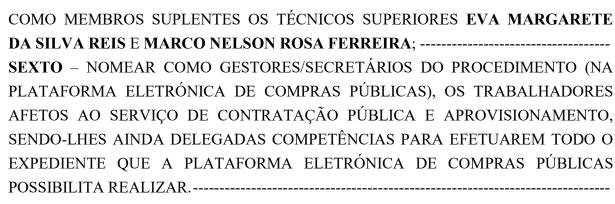
- <i>A</i>	ANO 2019 – 1.045,50 EUROS;
- <i>F</i>	NO 2020 – 5.682,60 EUROS;
- <i>F</i>	NO 2021 – 5.682,60 EUROS;
- /	NO 2022 – 4.735,50 EUROS

000

# <u>P128/2019 – CONSTRUÇÃO DE MUROS E OUTROS NA AVENIDA D.</u> NUNO ÁLVARES PEREIRA – OURÉM------

---- No âmbito do processo registado sob o n.º 47.547/2019, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, foram apresentados o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 14 de outubro findo, daquele serviço, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, nos termos da alínea c), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, atendendo ao valor do preço base de 33.919,95€ (excluindo o IVA) e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço se baseou na estimativa de custos médios unitários de anteriores empreitadas, com o mesmo tipo de trabalhos. --------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira exarou no processo uma informação, datada de 17 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – APROVAR O PROJETO;-----SEGUNDO – VALIDAR A FIXAÇÃO/JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO BASE;-----TERCEIRO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO ARTIGO 19.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----**QUARTO** – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------**QUINTO** – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (QUE PRESIDIRÁ), OS TÉCNICOS SUPERIORES JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA GRAÇA (SECRETÁRIO) E PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E



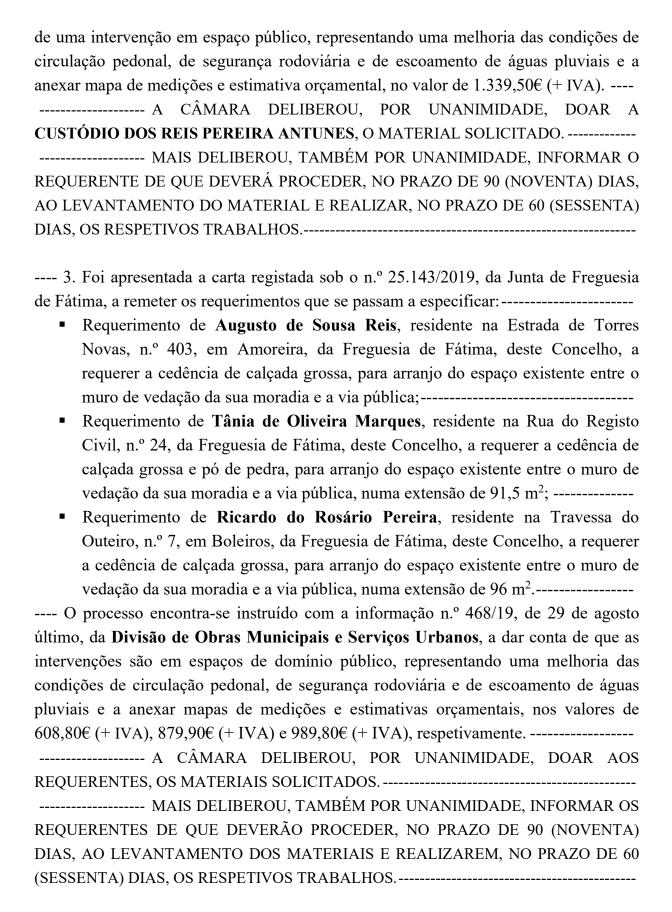


000

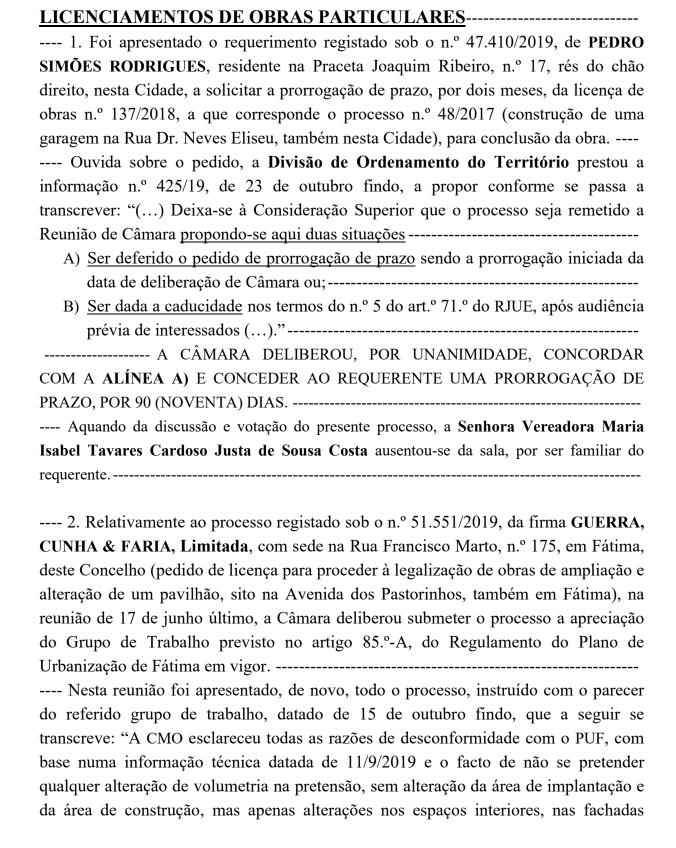
# PEDIDOS DE MATERIAIS -----

---- 1. Através da carta registada sob o n.º 20.569/2019, a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, remeteu requerimento de Letícia de Bastos, residente na Rua Cónego Bento, na localidade de Reca, daquela união de freguesias, deste Concelho, a solicitar a cedência de betão, para arranjo do espaço existente entre o muro de vedação da sua moradia e a via pública. --------- Ouvida sobe o assunto, a Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos prestou a informação n.º 421/19, de 10 de julho transato, a dar conta de que se trata de uma intervenção em espaço público, representando uma melhoria das condições de circulação pedonal e de escoamento de águas pluviais e a anexar mapa de medições e estimativa orçamental, no valor de 840,00€ (+ IVA).----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DOAR A **LETÍCIA** DE BASTOS, O MATERIAL SOLICITADO.---------- MAIS DELIBEROU, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, INFORMAR A REQUERENTE DE QUE DEVERÁ PROCEDER, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, AO LEVANTAMENTO DO MATERIAL E REALIZAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, OS RESPETIVOS TRABALHOS.-----

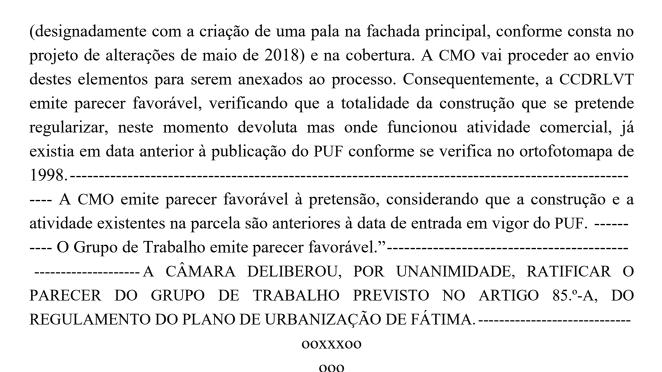








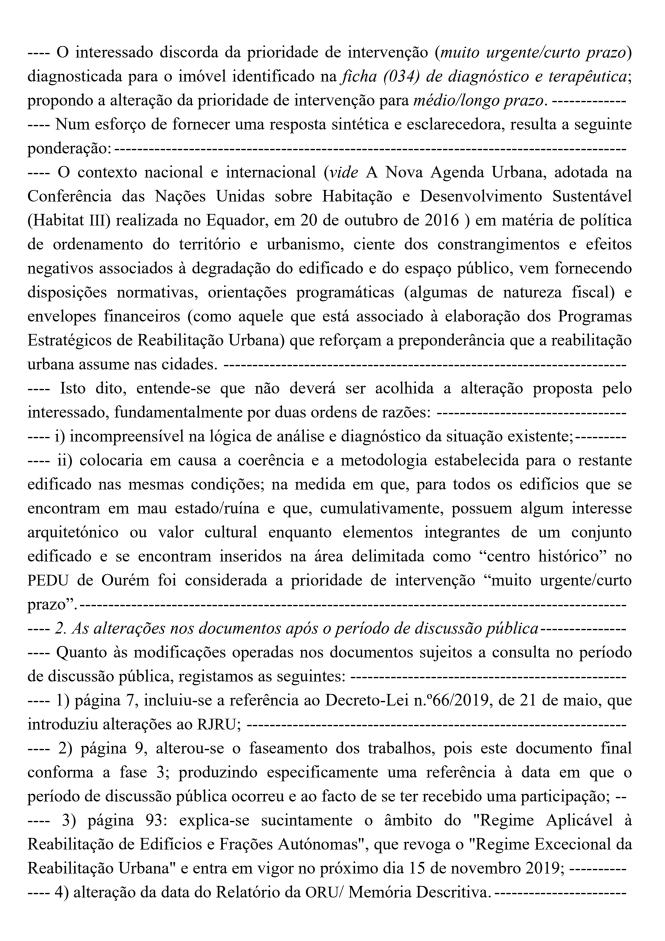




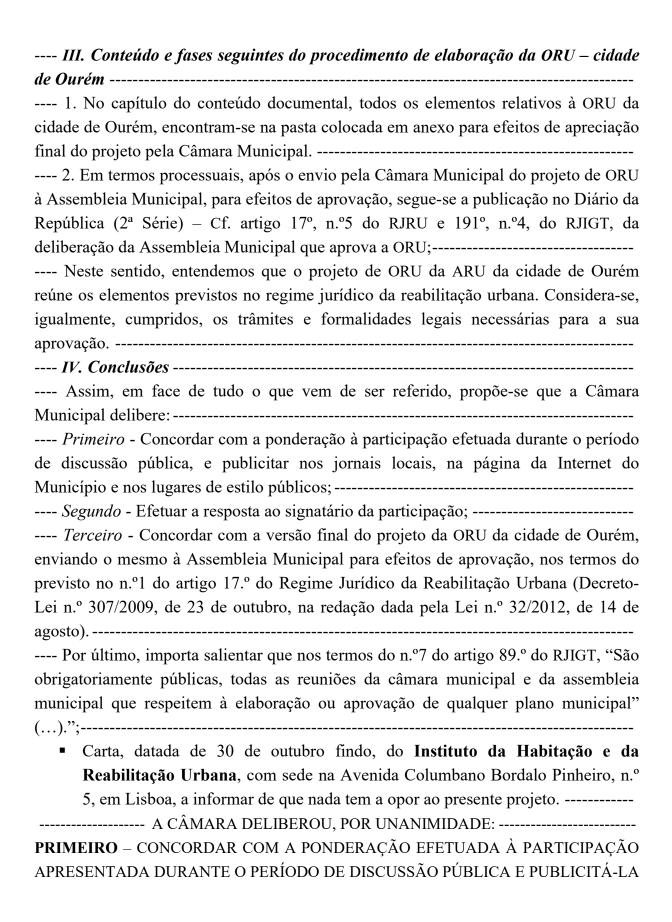
# OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) DA CIDADE DE OURÉM -----

- Carta registada sob o n.º 46.283/2019, de **João Carlos de Jesus Pereira**, residente na Rua Francisco Marques Pereira, n.º 18, rés do chão direito, nesta Cidade;------
- Informação registada sob o 49.992/2019, da **Divisão de Ordenamento do Território**, a esclarecer o seguinte: "(...) 1. No período de discussão pública foi rececionada no serviço de atendimento ao munícipe da Câmara Municipal, uma participação (Cf. documento anexo). -------

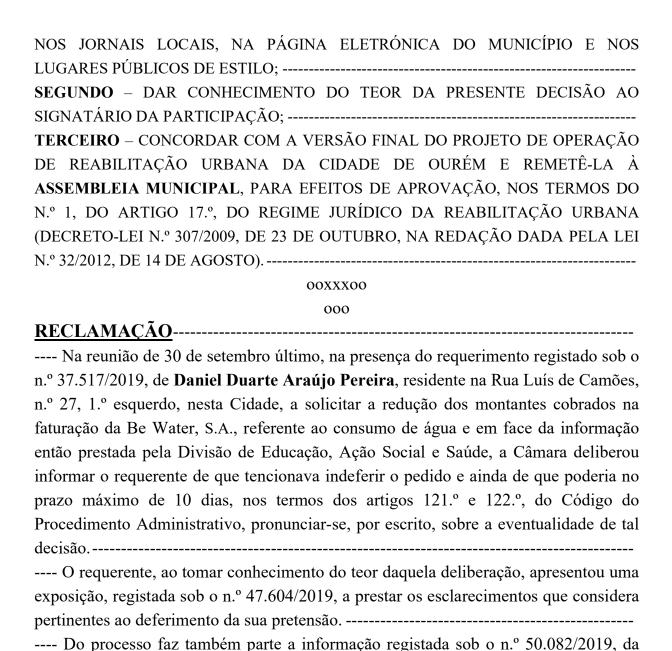




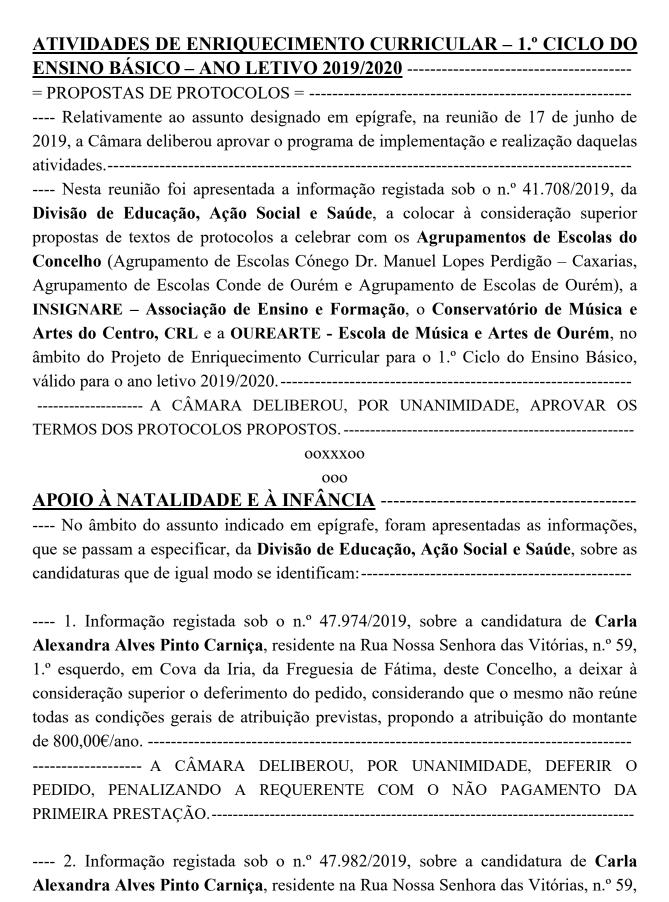


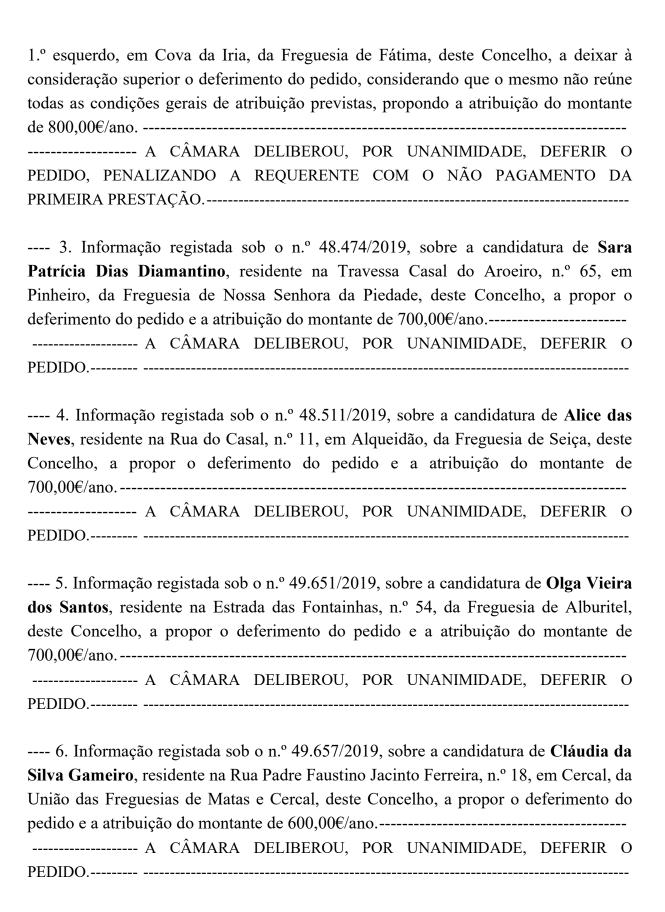




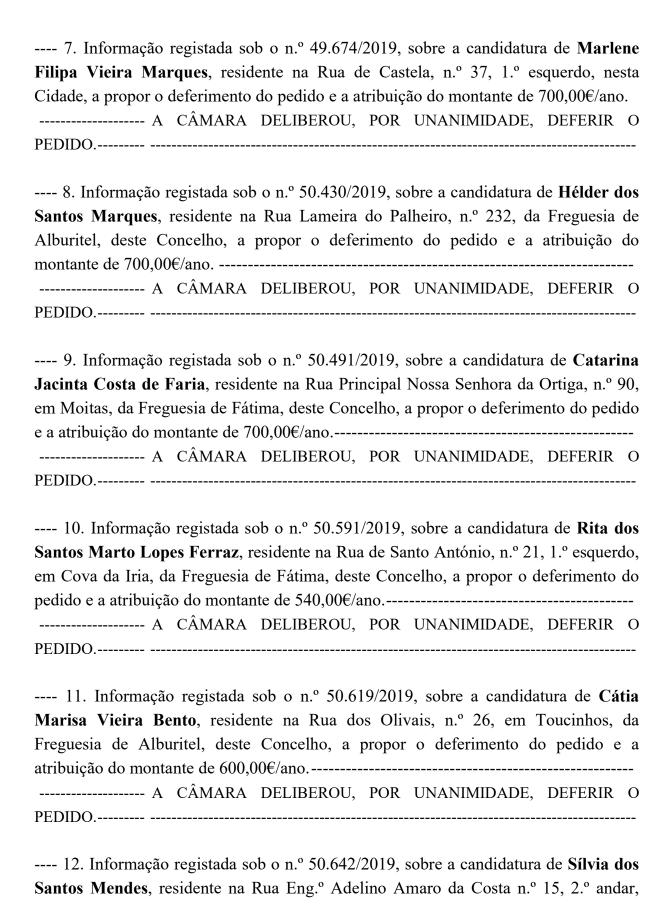


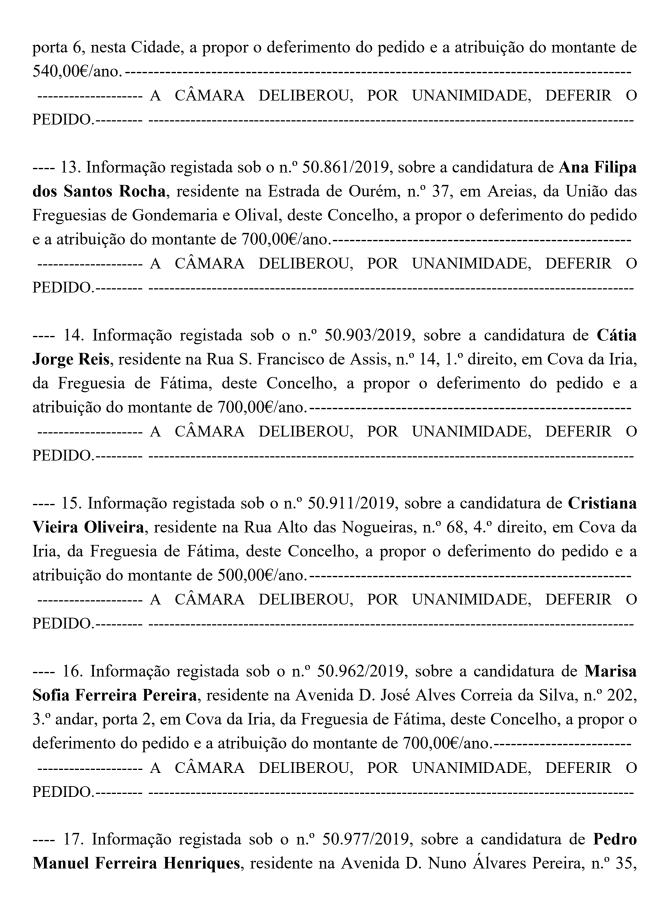


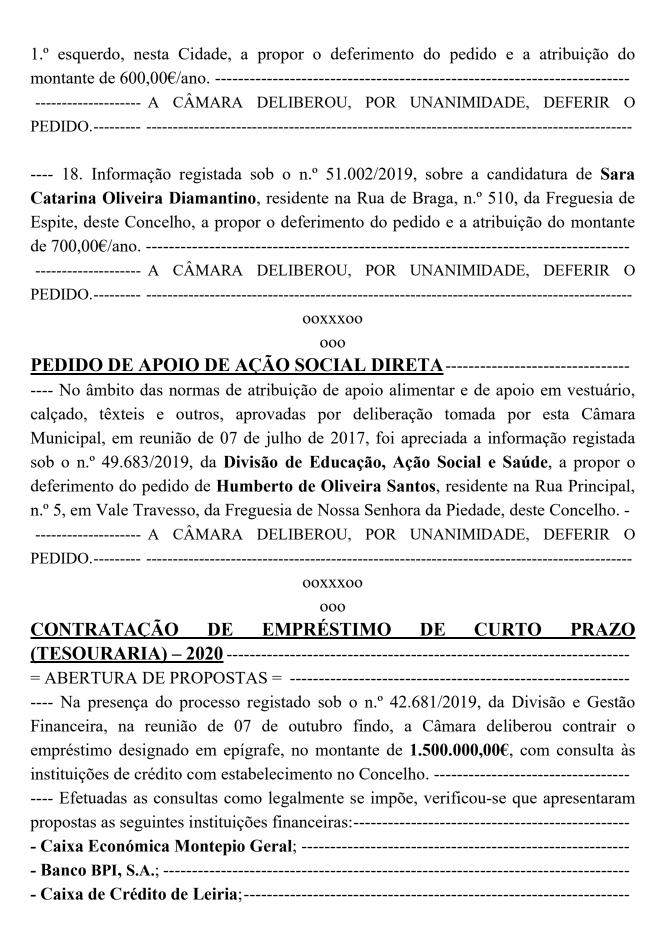






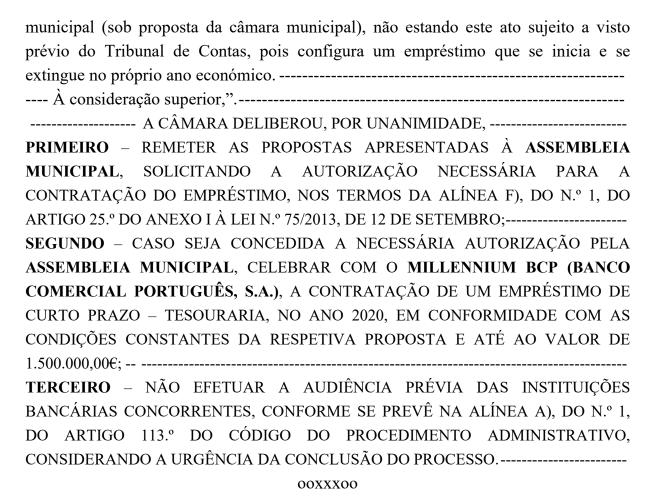






- Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- Banco Santander Totta, S.A.;
- Novo Banco, S.A.;
- Millennium BCP (Banco Comercial Português, S.A.)
Abertas as propostas foram as mesmas remetidas, de imediato, ao Chefe da
Divisão de Gestão Financeira para análise, da qual resultou a informação n.º 81/19,
de 04 de novembro em curso, que se passa a transcrever: "Na sequência da reunião de
7 de outubro de 2019 do órgão executivo deliberou-se encetar procedimento tendo em
vista contrair um empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2020, com
início a 1 de janeiro de 2020 e término a 31 de dezembro de 2020, pelo montante de
1.500.000,00€ (Um Milhão e Quinhentos Mil euros)
Em resultado da referida deliberação, foi efetuada consulta a todas as instituições
financeiras com dependência existente na área adstrita ao Município de Ourém
A abertura de propostas foi efetuada na reunião ordinária do órgão executivo que
se realizou no dia 4 de novembro, cujo mapa síntese se apresenta em anexo (Anexo -
A), contendo proposta de ordenação dos concorrentes
Na análise das propostas, importa considerar que os indexantes adotados pelas
entidades bancárias se encontram negativos (circunstância que de acordo com diversas
previsões económicas, será provável que se mantenha ao longo de todo o horizonte do
ano em incidência, ou seja de 2020)
As instituições financeiras dispõem que na circunstância do indexante se encontrar
negativo, a taxa a acrescer ao spread indicado será de 0, razão pela qual, não obstante
existirem indexantes diferentes, o seu efeito, ao longo do período em que vigorará o
empréstimo de curto prazo, será de efeito nulo
Consequentemente, a conclusão inerente à instituição financeira que apresenta as
condições globais mais favoráveis ao Município de Ourém, tem em observância o
spread apresentado pelas instituições financeiras, concluindo-se que a melhor proposta
é a do Millennium BCP
Desta forma, propõe-se que o empréstimo de curto prazo, a contratar pelo
montante de 1.500.000,00€ e o qual deverá vigorar no ano económico de 2020 (em
regime de conta corrente até ao limite do montante contratado), seja adjudicado
à entidade Millennium BCP, sendo aplicável a taxa Euribor a 6 meses e um
spread de 0,150%, bem como as demais condições expressas na proposta
apresentada
Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro,
a competência para autorizar a contratação deste empréstimo é da assembleia

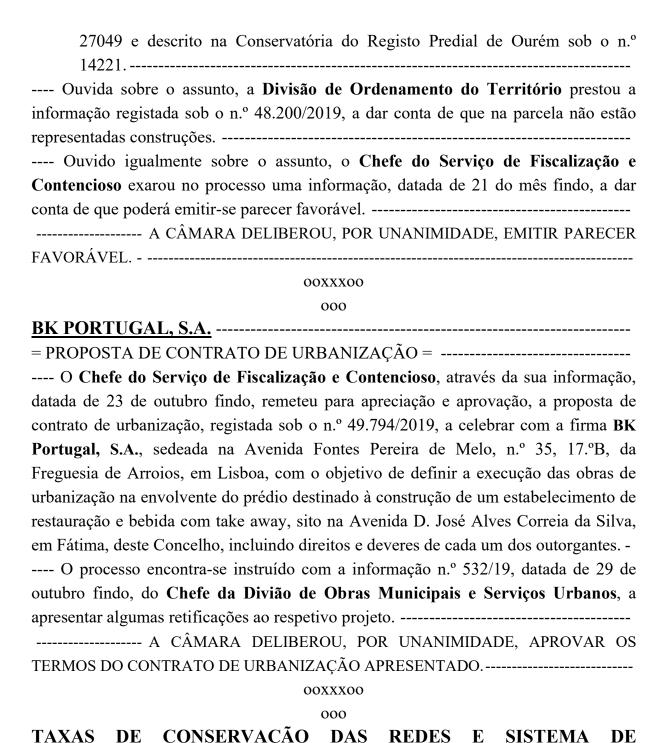




000

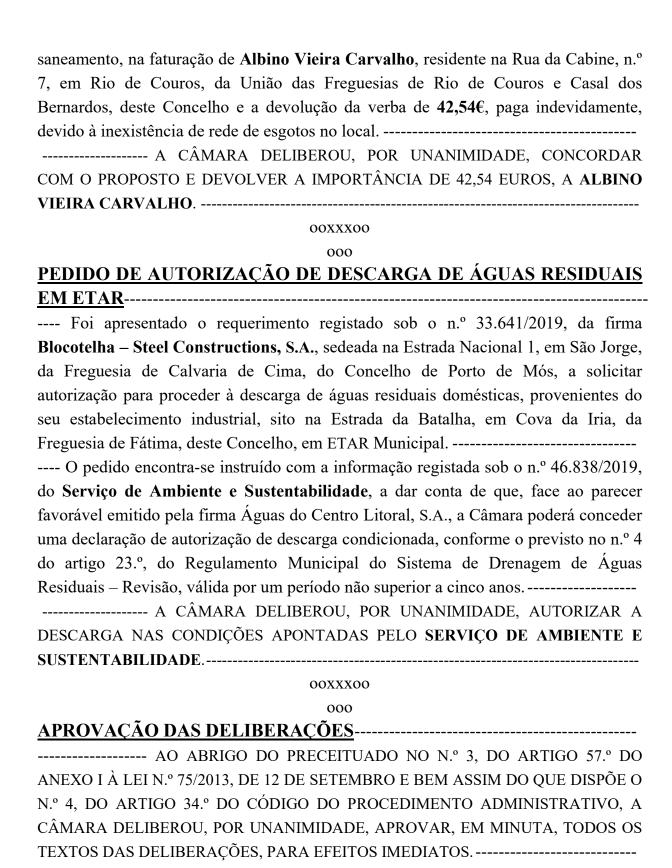
# AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

• Prédio rústico composto por terra de semeadura com mato, sito em Sesmarias, limite de Bairro, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 6421 m², a confrontar a norte com Rodrigo dos Santos Vieira, a sul com José Vicente Dias, a nascente com herdeiros de António Simão dos Reis e a poente com estrada, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo n.º

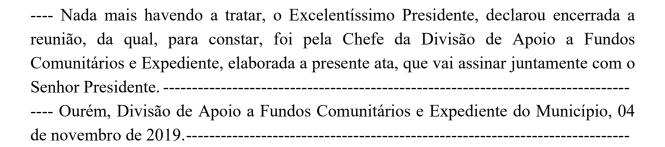


Ambiente e Sustentabilidade, a propor a anulação das parcelas relativas ao









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 04/11/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

#### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 21 de outubro de 2019.

#### 2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Documentos Previsionais para o Ano Económico de 2020: Orçamento para 2020 e Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2020/2023;
- = Freguesia de Nossa Senhora da Piedade Proposta de protocolo Carta registada sob o n.º 23.044/2018, da freguesia.

# 2.1. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P121/2019 Implementação do Sistema de GPS em viaturas do Município Processo registado sob o n.º 37.967/2019, do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, instruído com uma informação, datada de 16 de outubro de 2019, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P128/2019 Construção de muros e outros na Avenida D. Nuno Álvares Pereira Ourém Processo registado sob o n.º 47.547/2019, do SCPA, instruído com uma informação, datada de 14 de outubro de 2019, daquele serviço.

### 3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Pedidos de materiais:
  - 1. Carta registada sob o n.º 20.569/2019, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar requerimento de Letícia de Bastos;
  - 2. Carta registada sob o n.º 21.428/2019, da Freguesia de Nossa das Misericórdias, a remeter requerimento de Custódio dos Reis Pereira Antunes;
  - 3. Carta registada sob o n.º 25.143/2019, da Freguesia de Fátima, a anexar requerimentos de Augusto de Sousa Reis, Tânia de Oliveira Marques e Ricardo do Rosário Pereira.

### 4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares Pedido de prorrogação de prazo Requerimento registado sob o n.º 47.410/2019, de Pedro Simões Rodrigues Nossa Senhora da Piedade;
- = Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Cidade de Ourém Informação registada sob o n.º 49.992/2019, da Divisão de Ordenamento do Território.



### 5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Reclamação Processo registado sob o n.º 37.517/2019, de Daniel Duarte Araújo Pereira, acompanhado com a informação registada sob o n.º 50.082/2019, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
- = Atividades de Enriquecimento Curricular 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2019/2020 Informação registada sob o n.º 41.708/2019, da DEASS;
- = Pedidos de apoio à natalidade e à infância:
  - 1. Informação registada sob o n.º 47.974/2019, da DEASS;
  - 2. Informação registada sob o n.º 47.982/2019, da DEASS;
  - 3. Informação registada sob o n.º 48.474/2019, da DEASS;
  - 4. Informação registada sob o n.º 48.511/2019, da DEASS;
  - 5. Informação registada sob o n.º 49.651/2019, da DEASS;
  - 6. Informação registada sob o n.º 49.657/2019, da DEASS;
  - 7. Informação registada sob o n.º 49.674/2019, da DEASS;
  - 8. Informação registada sob o n.º 50.430/2019, da DEASS;
  - 9. Informação registada sob o n.º 50.491/2019, da DEASS;
  - 10. Informação registada sob o n.º 50.591/2019, da DEASS;
  - 11. Informação registada sob o n.º 50.619/2019, da DEASS;
  - 12. Informação registada sob o n.º 50.642/2019, da DEASS;
  - 13. Informação registada sob o n.º 50.861/2019, da DEASS;
  - 14. Informação registada sob o n.º 50.903/2019, da DEASS;
  - 15. Informação registada sob o n.º 50.911/2019, da DEASS;
  - 16. Informação registada sob o n.º 50.962/2019, da DEASS;
  - 17. Informação registada sob o n.º 50.977/2019, da DEASS;
  - 18. Informação registada sob o n.º 51.002/2019, da DEASS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação registada sob o n.º 49.683/2019, da DEASS.

# 6. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

# 6.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

- = Contratação de empréstimo de curto prazo (Tesouraria) 2020 Abertura de propostas Processo registado sob o n.º 42.681/2019, da Divisão de Gestão Financeira;
- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade Requerimento registado sob o n.º 46.727/2019, de António Carmo da Silva, sobre prédio sito em Sesmarias, limite de Bairro Freguesia de Fátima.

### 7. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= BK Portugal, S.A – Proposta de contrato de urbanização registada sob o n.º 49.794/2019, do Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso.

### 8. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

= Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's – Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos) – Carta registada sob o n.º 41.810/2019, da Be Water, S.A., instruída com uma informação, datada de 10 do corrente mês, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);



= Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR - Requerimento registado sob o n. 33.641/2019, da firma Blocotelha - Steel Constructions, S.A..

Câmara Municipal de Ourém, 29 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



# ADITAMENTO À ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 04/11/2019

### 1. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

= Licenciamento de obra particular – Processo registado sob o n.º 111/2019, da firma Guerra, Cunha & Faria, Limitada, instruído com o parecer, datado de 15 de outubro findo, do Grupo de Trabalho.

Câmara Municipal de Ourém, 31 de outubro de 2019

O Vice-presidente da Câmara

Natálio de Oliveira Reis



# DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 21-10-2019 a 31-10-2019

	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
Processo nº	Requerente	Local
160/2018	Alexandrina Oliveira Prazeres Ribeiro	Estrada Coelho Prazeres, n.º 90, Maxieira - Fátima
303/2018	Carnes Aurélio Manso, Lda.	Rua das Indústrias — Matas — Da União das Freguesias de Matas e Cercal
149/2018	Elisabete de Freitas Ferreira e Outros	Rua Principal – Vale do Feto – Freguesia de Caxarias
69/2019	João Francisco Alves Sousa	Rua do Outeiro- Arneiro da Cruz – Gondemaria – União das Freguesias de Matas
46129/2019	Joaquim Castelão Ferreira	Rua do Manuel Trezentos – Carvoeira – Freguesia de Caxarias
250/1992	José Alberto Duarte Laranjeiro	Rua da Pinheira Mansa - Caneiro – Nossa Senhora das Misericórdias
1686/2011	Natércia Pereira António	Rua da Chã – Sobral - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
277/2019	Somerali, SA	Rua Jacinta Marto, n.º 24 em Fátima

Ourém, 04 de novembro de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



# SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 21/10/2019 a 31/10/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
50028	Congregação Religiosas Escravas Santíssima Eucaristia Mãe de Deus	Inspeção Periódica do Elevador
50045	João Manuel Pires da Silva	Mera Comunicação Prévia
49987	Outeirão Turismo, Lda	Inspeção Periódica do Elevador
50048	João Manuel Pires da Silva	Mera Comunicação Prévia
50003	CRIO-Centro de Reabilitação e Integração de Fátima	Licença de Publicidade
51377	Promic Marianos Atividades Hoteleiras, Lda	Inspeção Periódica do Elevador

Ourém, 04 de novembro de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



### **APOIO AO INVESTIMENTO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE (OURÉM) — "CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE PINHEIRO/CABIÇALVA"

#### **PREÂMBULO**

#### Considerando que:

- 1. O Município de Ourém pretende dignificar os Cemitérios e as Casas Mortuárias existentes, circunstância que tem motivado a atribuição de apoios financeiros para requalificação e ampliação destes equipamentos.
- 2. A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade pretende promover a construção de da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva.
- 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a), do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competências próprias no âmbito do equipamento rural e urbano, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 6. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém



representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 507 124 316, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, nº 9 -1º direito em Ourém, representada neste ato pelo Presidente da respetiva Junta de Freguesia, Joaquim Manuel de Sousa e Silva.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1.ª

#### (Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes do investimento nos "Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva", conforme projeto técnico previsto em Anexo – I.

#### CLÁUSULA 2.ª

#### (Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 75.340,50 euros (Setenta e Cinco Mil, Trezentos e Quarenta Euros e Cinquenta Cêntimos) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. O montante do apoio corresponde a 80% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito do investimento em objeto.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 80% do investimento realizado.



#### CLÁUSULA 3.ª

#### (Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a. 18.835,13 euros (Dezoito mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Euros e Treze Cêntimos) em fevereiro de 2020;
  - b. 18.835,12 euros (Dezoito mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Euros e Doze Cêntimos) em julho de 2020;
  - c. 18.835,13 euros (Dezoito mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Euros e Treze Cêntimos) em fevereiro de 2021;
  - d. 18.835,12 euros (Dezoito mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Euros e Doze Cêntimos) em julho de 2020.
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagamento será efe	tuado por	transferê	ncia b	ancária, p	oara a	conta ba	ancária	da
	Freguesia de Nossa Se	enhora da	Piedade,	com	o número	de ide	ntificação	bancá	iria
			,	ı	da	entida	ade	bancá	iria
			,	confc	orme cons	ta no A	nexo –	II, que	faz
	parte integrante do prese	ente protoc	olo.						

#### CLÁUSULA 4.ª

#### (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações



prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;

- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;
- g) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

#### CLÁUSULA 5.ª

#### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

#### CLÁUSULA 6.ª

#### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.



#### CLÁUSULA 7.ª

#### (Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

#### CLÁUSULA 8.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

#### CLÁUSULA 9.ª

#### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

#### CLÁUSULA 10.ª

#### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.



#### CLÁUSULA 11.ª

#### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

#### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

#### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª

#### (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	



O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas às quais se juntam							
folhas respeitantes aos Anexos, que irão s	er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da						
folha 7, em virtude de conter as assinaturas	dos mesmos.						
Celebrado aos () dias do mês de	de 2019, em dois exemplares de						
igual teor e validade, destinando-se cada um	n deles aos seus Outorgantes.						
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,						
_	<del></del>						
Luís Miguel Grossinho Marques Grossinho	Joaquim Manuel de Sousa e Silva						
Albuquerque							